



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

ACTA Nº 01 / 2012

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO REALIZADA AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DOZE COM INÍCIO ÀS DEZ HORAS E DEZ MINUTOS

LOCAL

Salão Nobre dos Paços do concelho

CONSTITUIÇÃO DA MESA

Presidente – Dr. Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho

1º Secretário – Arlindo Augusto Genésio Gouveia

2º Secretário – Dra. Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes

FALTAS E JUSTIFICAÇÕES

Feita a chamada verificou-se a ausência dos senhores deputados Dr. Carlos Alberto da Silva Costa, Eusébio Soeiro de Almeida, Dra. Maria Goretti Neves Ribeiro, Francisco Eduardo das Neves Rebelo, Engº Nuno Emanuel Queiroz Barradas Pinto e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Tabuaço, tendo sido justificadas as respectivas faltas.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia de Granja do Tedo e de Pinheiros fizeram-se representar pelos respectivos tesoureiros, senhores Manuel José Veiga Lopes e Fernando Veiga.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

EXECUTIVO PRESENTE

Presidente – Dr. João Joaquim Saraiva Ribeiro

Vice Presidente – Dr. José João Monteiro Patrício

Vereadores – Alexandre Paulo da Silva Ramos e Dr. José Carlos Pinto dos Santos

Foi lida e **aprovada** por **maioria** com **24 votos a favor** e **4 abstenções** a acta da reunião anterior. Abstiveram-se os senhores deputados, Dra. Maria de Lurdes Ferraz Figueira Araújo, Dr. José Carlos Oliveira da Silva, Dr. António Gomes Ferreira Amaral e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Granja do Tedo, senhor Manuel José Veiga Lopes.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Távora não se manifestou.

I - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve qualquer intervenção.

II – PRÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** fez a leitura da correspondência recebida, após o que a Mesa registou os pedidos de intervenção dos senhores deputados Dra. Anabela Oliveira da Silva Fragata, Eng^o António Paulo Lopes Correia da Cunha Mota, Dra. Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro, Dr. Rui Pedro Lacueva Pinto dos Santos e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Távora.



Alcides
Alcides

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Antes do início da sessão, o deputado Dr. **Manuel Augusto de Lemos Couto Azevedo** fez a apresentação com projecção de slide de um trabalho para homenagear o ex deputado desta Assembleia, Dr. José Guilherme de Macedo Fernandes.

Usou da palavra o vereador senhor Dr. **José Carlos Pinto dos Santos**, dizendo que despia as vestes de vereador para intervir como mero cidadão, propondo para debate e reflexão a feitura de uma brochura em memória do ex membro desta Assembleia Dr. José Guilherme Macedo Fernandes.

Usou da palavra a deputada Dra. **Anabela Oliveira da Silva Fragata** que apresentou a seguinte proposta de voto de pesar, pelo falecimento de:

Carlos Martins, de Valença do Douro, pai de Susana da Conceição Pina Martins, avô de Leandra Isabel Martins Peixoto, sogro de Fernanda Rebelo Gomes Martins, funcionárias do Município de Tabuaço e tio do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valença do Douro;

Aurélia Dias Martins, do Pereiro, mãe de João Carlos Martins Oliveira, funcionário do Município de Tabuaço.

DELIB. Nº 01-A.M./2012

A **proposta de voto de pesar** pelo falecimento de Carlos Martins e de Aurélia Dias Martins, foi **aprovada por unanimidade**.

No uso da palavra, o deputado Eng^o **António Paulo Lopes Correia Cunha Mota**, falou da intenção do Governo levar a cabo a reforma administrativa e o novo mapa judiciário, afirmando que Tabuaço pode estar a viver os



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

anos mais negros em trinta anos de democracia. Continuou dizendo que devemos defender os municípios neste momento difícil. O que está proposto continua a contemplar desigualdades entre os diferentes municípios. Ficarão eternamente reféns dessa atitude todos aqueles que tentarem extinguir qualquer freguesia do nosso concelho.

Propôs que o Plenário votasse contra qualquer proposta de reorganização administrativa, que contemple a extinção de Freguesias do concelho de Tabuaço.

DELIB. Nº 02-A.M./2012

A **proposta** de votação contra qualquer reorganização administrativa que contemple a extinção de Freguesias do concelho de Tabuaço, foi **aprovada** por **unanimidade**.

Usou da palavra a deputada Dra. **Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro** que leu um documento de protesto contra o encerramento do Tribunal Judicial de Tabuaço. Solicitou que o mesmo ficasse a fazer parte integrante da acta, que fosse posto à votação da Assembleia e que o seu teor fosse dado a conhecer à Excelentíssima senhora Ministra da Justiça e a outras entidades tidas como preponderantes neste processo.

Na sua intervenção disse que a concretizar-se a intenção do Governo, este encerramento significará a machadada final no interior de Portugal. Os acessos, os transportes, as distâncias, são motivos mais do que justificativos para o não encerramento do Tribunal de Tabuaço. Este autêntico ensaio de peça de teatro não beneficia em nada o nosso país.

Ao solicitar à Mesa da Assembleia para que a proposta fosse votada, a Dra. **Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro** pediu que não ficasse qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

dúvida sobre a firmeza, a coesão e o repúdio dos tabuacenses contra o encerramento do Tribunal de Tabuaço.

DELIB. Nº 03-A.M./2012

A proposta contra o encerramento do Tribunal Judicial de Tabuaço apresentada pela Dra. Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro foi **aprovada por unanimidade**.

Usou da palavra o deputado Dr. Rui Pedro Lacueva Pinto dos Santos que leu um comunicado sobre a tomada de posição da Comissão concelhia de Tabuaço do PSD, contra o encerramento do Tribunal de Tabuaço. O interlocutor solicitou que fosse votada a anexação deste documento à acta para dela fazer parte integrante e que o seu teor fosse dado a conhecer à Excelentíssima senhora Ministra da Justiça e a outras entidades tidas como relevantes neste processo.

DELIB. Nº 04-A.M./2012

A proposta de anexação à acta do comunicado da Comissão Política de Tabuaço do PSD contra o encerramento do Tribunal Judicial e o seu envio para a Excelentíssima senhora Ministra da Justiça e outras entidades tidas como relevantes no processo, foi **aprovada por unanimidade**.

A Dra. Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro pediu a palavra para dizer que votou a favor da proposta, mas que discorda com o conteúdo do 6º parágrafo do documento, porque o encerramento dos tribunais não está previsto no memorando da “troika” sendo da inteira e total responsabilidade do actual Governo da República.



Amílcar
Albuquerque

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** dirigiu-se aos autores das propostas pedindo-lhes que fizessem chegar à Mesa, não hoje necessariamente, o nome das entidades por eles consideradas relevantes no processo de encerramento do Tribunal Judicial de Tabuaço.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Távora** que agradeceu a colaboração dada pela Câmara Municipal em trabalhos efectuados naquela freguesia, bem como, referiu a necessidade de se fazerem mais algumas obras, nomeadamente a reparação de caminhos, encaminhamento de águas, colocação de uma mesa no patamar de cima do cemitério e a iluminação do polidesportivo.

O senhor deputado **Dr. Manuel Augusto de Lemos Couto Azevedo** usou da palavra e apelou para que digamos um retumbante não às propostas do Governo, sem deixarmos de olhar atentamente para a Grécia que é seguramente um aviso para estarmos vigilantes.

Usou da palavra o senhor **Presidente da Câmara** que, associando-se à homenagem aqui prestada, se referiu ao importante trabalho que o ora lembrado ex-deputado Dr. José Guilherme Macedo Fernandes fez pelo concelho de Tabuaço e o grande contributo que prestou a esta Assembleia Municipal. Lembrou a amizade que os uniu durante dezenas de anos.

O senhor **Presidente da Câmara** louvou a iniciativa desta Assembleia e em particular dos dois deputados que usaram da palavra, Doutores Joana Duarte de Oliveira Saraiva Ribeiro e Rui Pedro Lacueva Pinto dos Santos, contra a pretensão do Governo de encerrar 47 Tribunais em todo o país, onde se inclui o Tribunal Judicial de Tabuaço.

O senhor **Presidente da Câmara** sentiu-se agradado com a atitude dos Órgãos Autárquicos de Tabuaço que muito bem e em sede própria, se têm manifestado contra as insensatas intenções do Governo da República para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

aplicar as reformas da administração local e do mapa judiciário, reafirmando que não se revê nem concorda com nenhuma delas. Frisou convictamente que *“Nós não carregaremos o ónus da extinção de qualquer das Freguesias do concelho de Tabuaço, bem como lutaremos contra a extinção do Tribunal de Tabuaço.”*

No seguimento da sua intervenção e falando sobre o hipotético encerramento do Tribunal de Tabuaço, disse que Tabuaço é sede de concelho desde 1837 e a sua comarca remonta ao ano de 1841. Tabuaço confina com os concelhos de Armamar e de São João da Pesqueira, conferindo-lhe uma posição geográfica estratégica. Comparativamente a estes dois concelhos, Tabuaço foi o que registou menor decréscimo populacional nos últimos dez anos. Não corresponde à verdade que a média do movimento processual no Tribunal de Tabuaço nos anos de 2008 a 2010 seja de apenas 174. Tabuaço não dispõe de julgado de paz, de loja do cidadão ou de qualquer outro serviço de apoio ao cidadão no âmbito da justiça, pelo que a extinção do Tribunal Judicial de Tabuaço acarretaria enormes custos sociais e teria um efeito negativo na actividade económica local. A extinção proposta no “ensaio sobre a reorganização da estrutura judiciária” não encontra sustentação nos objectivos de menos gastos ou de corte na despesa do Estado e dos cidadãos. Tabuaço possui um Tribunal com excelentes condições, construído de raiz que é propriedade do Estado Português. Não faz qualquer sentido que o Estado desbarate os dinheiros públicos que investiu num edifício que está e bem, ao serviço dos cidadãos e da justiça, para seguidamente o deixar devoluto, num tempo em que o país atravessa a maior crise de sempre. A reorganização judiciária deve ser um instrumento ao serviço da realização da justiça e estar ao dispor de todos os cidadãos sem excepção. Deve ser acessível, pronta e eficaz, devendo para isso estar próxima dos cidadãos e dispor dos meios adequados à realização dos fins a que se destina.



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Reiterou o seu agradecimento e reconhecimento aos senhores deputados pelas posições aqui tomadas, afirmando que podem contar com todo o empenho do executivo.

O senhor **Presidente da Câmara** respondeu a todas as questões apresentadas e informou a Assembleia Municipal que a receita do Município proveniente da Central hidroelétrica do Távora passará de 17 mil euros para 102 mil euros, resultante de um acordo assinado entre a EDP e a ANMP.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu toda a informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara sobre as “demarches” que já tomou e vai tomar em prol das decisões aqui deliberadas e citou: *“Morrer podes morrer, mas hão-de ouvir-nos”*. *“Valemos o que temos, não nos resignaremos, definimo-nos pelo sonho”*.

III - ORDEM DO DIA

PONTO I – Informação escrita do Presidente da Câmara nos termos da alínea e), do nº 1, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO II – Apresentação para apreciação, do 4º Relatório sobre a aplicação do Plano de Saneamento Financeiro, reportado a 31 de Outubro de 2011, nos termos da alínea c), número 4, do artigo 40º, da Lei das Finanças Locais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Tomou a palavra o senhor **Presidente da Câmara**, para falar sobre este Relatório, que é um documento técnico e não está sujeito a votação. A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO III – Outros assuntos de interesse para o Município

O senhor deputado Dr. **Manuel Augusto de Lemos Couto Azevedo** quis saber por onde passarão as linhas de muito alta tensão provenientes da barragem de Foz Tua.

O senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Adorigo** informou que tem recebido algumas queixas relacionadas com as obras na estrada de Adorigo/Foz do Tedo, dizendo que se tem esforçado por fazer entender às pessoas que empreendimentos destes trazem sempre alguns incómodos, mas que serão breves.

A propósito das linhas de muito alta tensão, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** apelou ao Executivo Camarário que através dos seus serviços técnicos informe com precisão o local por onde essas linhas vão atravessar o nosso concelho. Manifestou o seu temor pela penalização das pessoas alertando para a salvaguarda da saúde de todos e que, antes que seja tarde, haja a possibilidade de se apresentarem alternativas, mantendo-se assim intocável a nossa capacidade de reacção e intervenção. Qualquer compensação ou contrapartida poderão ser infinitamente pequenas se comparadas com os danos causados na saúde.

O senhor **Presidente da Câmara** agradeceu a colaboração que o Presidente da Junta de Freguesia de Adorigo tem dado na execução da obra da estrada de Adorigo.

Em relação às linhas de muito alta tensão que transportarão energia eléctrica da barragem de Foz Tua para Arícera, em Armamar, o senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TABUAÇO

Presidente da Câmara disse que elas vão utilizar o corredor dos parques eólicos e atravessarão o território de sete freguesias no concelho de Tabuaço.

O senhor vereador Dr. **José Carlos Pinto dos Santos** usou da palavra para dizer que desconhecia o facto destas linhas de muito alta tensão afectarem Tabuaço e o que sabia sobre isto era apenas pelos jornais.

O senhor **Presidente da Câmara** usou de novo a palavra para dizer ao senhor vereador que pode falar quando e do que entender, o que não se passava há muito pouco tempo atrás nesta Assembleia e sobre este assunto disse que esteve em discussão pública como a lei determina. Disse ainda que gostava de saber qual foi o comportamento dos anteriores Executivos relativamente aos muitos postes de electricidade existentes na área do concelho de Tabuaço e colocados demasiado próximo de habitações, alguns mesmo dentro de quintais.

Foi lida e aprovada por unanimidade a minuta da acta.

Nada mais havendo a tratar, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal** deu os trabalhos por encerrados quando eram 13H30.


 (Dr. Joaquim António da Rocha Moutinho de Carvalho)



(Arlindo Augusto Genésio Gouveia)



(Dra. Eugénia Maria Pereira Lima Paixão Lopes)

Sr. Presidente da Assembleia Municipal,
Srs. Secretários da Mesa,
Sr. Presidente da Câmara Municipal,
Srs. Vereadores,
Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia,
Caros Colegas e Membros desta Assembleia,

O Governo publicou em janeiro deste ano um ensaio para a reorganização da estrutura judiciária nacional, onde se prevê a extinção de 47 Tribunais, propondo só para o distrito de Viseu (que tem 24 concelhos) a extinção de 6 tribunais: Resende, Armamar, Castro Daire, Oliveira de Frades, Nelas e Tabuaço.

Esta proposta utiliza como critérios de ponderação os seguintes:

- O volume processual expectável após a reorganização (deverá ser inferior a 250 processos entrados);
- A distância entre o Tribunal a encerrar e o que vai receber o processo (deverá ser passível de percorrer em cerca de 1 hora), e;
- A qualidade das instalações, bem como a circunstância de serem propriedade do Ministério da Justiça ou arrendadas.

Ou seja, estes critérios baseiam-se apenas numa análise numérica; trata-se de um estudo muito incompleto e com falta de rigor em diversos aspetos.

Aliás, como referiu o deputado do CDS-PP, eleito por Viseu, Helder Amaral: *“estas coisas decididas no gabinete e por guia michelin nunca dão bom resultado”*, aconselhando a Sr.^a Ministra da Justiça a fazer uma visita ao terreno. Referiu ainda, e passo a citar que: *“esta proposta não tem esse rigor de análise caso a caso. Não encontro uma linha condutora de poupança efetiva e ao mesmo tempo de manutenção de proximidade de serviços.”*

No mesmo sentido refere o vice-presidente da Associação Nacional de Municípios, Fernando Campos, do PSD, que considera o encerramento dos tribunais como a *“machadada final”* no interior. O autarca classificou o estudo que serviu de base à reorganização dos tribunais como *“uma vergonha”* e considerou que a solução encontrada demonstra *“a insensibilidade de quem o faz à régua e esquadro e com o guia michelin, uma proposta de reforma do mapa judiciário”*. Diz ainda que: *“isto é absolutamente de quem nunca saiu de Lisboa, de quem está habituado a passar férias nas praias do mediterrâneo, de quem não faz a mínima ideia de quais são as dificuldades do interior do país”*.

E de facto têm toda a razão.

Para além desta proposta se basear em critérios somente numéricos, desprovida de qualquer rigor, nem ter em conta as especificidades de cada concelho, não tendo ainda sequer sido dada a oportunidade de ouvir previamente à publicação deste ensaio os legítimos representantes das

populações – os autarcas - conhecedores da realidade, num total desrespeito e desconsideração por aqueles; a análise realizada não tem, no caso específico do nosso concelho, qualquer correspondência com a realidade e com a verdade, não se verificando, portanto, os pressupostos dos critérios utilizados.

Senão vejamos:

- Relativamente ao movimento processual, deram entrada no Tribunal de Tabuaço: 355 processos em 2008; 350 processos em 2009; 443 processos em 2010; 437 processos em 2011 e a 1 de fevereiro de 2012 a pendência real no Tribunal é de 747 processos no Judicial e 85 processos no Ministério Público;
- A distância entre Tabuaço (sede) e São João da Pesqueira (sede) é de 35 km, percurso este, que como sabemos, não poderá ser feito em menos de 1 hora, tendo ainda em conta as condições das estradas que ligam os dois Municípios;
- Não há qualquer carreira pública de transporte entre Tabuaço e São João da Pesqueira;
- Refira-se ainda que um táxi irá cobrar de trajeto de ida e volta um valor de aproximadamente 70 euros.
- O Tribunal de Tabuaço pertence ao Estado, o edifício é novo com excelentes condições, tendo sido inaugurado em 1992;
- Relativamente ao orçamento do Tribunal, este foi de 22 mil euros em 2011 e baixou para 12 mil euros em 2012;
- Refira-se ainda que Tabuaço tem Tribunal desde 1841.

Assim, a situação de extinção do nosso Tribunal, a concretizar-se, significaria retroceder a um passado com mais de dois séculos, representando mais abandono do interior do país, mais pobreza, mais insegurança e afastamento dos cidadãos mais pobres do acesso à justiça.

A verificar-se tal acontecimento, este representará para a nossa comunidade um passo atrás no desenvolvimento e progresso que todos desejamos.

Afirmamos, hoje, aqui nesta Assembleia que somos contra o encerramento do nosso Tribunal, pois consideramos que colocará em causa a garantia de uma justiça igual e acessível a toda a população.

Justiça para os mais ricos, para quem se pode deslocar por meios próprios, é uma medida com a qual o atual governo ficará associado.

O atual governo apelida esta reforma de “ensaio”, ou seja, estamos perante uma futura peça de teatro. Na política e muito menos na justiça não se ensaia, nem existe espaço na atual conjuntura para treinos e ensaios.

Senhor Presidente da Câmara, revemo-nos e subscrevemos a posição que tomou no comunicado à população sobre este tema e pode contar com a nossa ajuda para levar a cabo essa luta na defesa dos interesses de Tabuaço e dos Tabuacenses.

Termino com uma frase do escritor e jornalista inglês George Orwell: *“se a liberdade significa alguma coisa, será sobretudo o direito de dizer às outras pessoas o que elas não querem ouvir”*. **Assim, e face ao exposto, proponho a esta Assembleia que seja votada a tomada duma posição unânime, firme e coesa, de total repúdio contra o encerramento do Tribunal de Tabuaço, fazendo chegar esta posição à Sr.^a. Ministra da Justiça e todas as entidades competentes.**

Obrigada.

Joana Duarte Oliveira Saraiva Ribeiro

Tabuaço, 24 de fevereiro de 2012

Enteju ante de
A.M. de 24.02.2012
24.02.2012
[Handwritten signature]

NOVO MAPA JUDICIÁRIO PENALIZA TABUAÇO COM HIPOTÉTICO ENCERRAMENTO DO SEU TRIBUNAL

A Comissão Política Concelhia de Tabuaço do PSD torna pública a sua oposição ao eventual encerramento do TRIBUNAL, tal como se prevê no Ensaio para a reorganização da Estrutura Judiciária da responsabilidade dos serviços competentes do Ministério da Justiça.

Tabuaço, como concelho do interior, tem sofrido os efeitos negativos do despovoamento e situa-se no extremo norte do distrito de Viseu. É dos concelhos mais pobres, a nível nacional, atento o seu baixíssimo índice de poder de compra. Como concelho rural, produtor de afamados vinhos de qualidade, tem vindo a empobrecer assustadoramente com políticas deficientes no âmbito da Agricultura.

Acresce que Tabuaço não tem sido bafejado com investimentos de monta por parte dos sucessivos Governos após o 25 de Abril, ficando cada vez mais esquecido e discriminado negativamente pelos decisores do Terreiro do Paço. Apesar dos clamores dos seus habitantes, cada vez mais isolados e envelhecidos, tenta-se prosseguir uma política de total abandono.

Reafirma-se, uma vez mais, a verdade indesmentível de que Tabuaço tem as estradas que herdou da Monarquia. O Regime Republicano, em mais de 100 anos, não construiu um metro de estrada nova no Município de Tabuaço.

Daí que, os serviços descentralizados, como o Tribunal, o Centro de Saúde, a Repartição de Finanças, os serviços locais da Segurança Social e outros, têm sido ainda factores determinantes na fixação da população que valentemente resiste e deseja viver em Tabuaço.

Muito embora as Reformas estruturais levadas a cabo pelo actual Governo, decorram do memorando da troika, assinado pelo anterior Governo Socialista e consequência directa dos desmandos e desgovernos socialistas, não podem os cidadãos do interior do país, como os de Tabuaço, transformarem-se nas principais vítimas das duras medidas que os actuais governantes se vêem forçados a executar.

Com todo o respeito, e feita a análise ao documento em discussão pública, não pode esta Comissão Política do PSD concordar com o hipotético encerramento do Tribunal de Tabuaço, pois não se verificam os pressupostos dos critérios utilizados.

Na parte respeitante ao movimento processual, deram entrada no Tribunal de Tabuaço 355 processos em 2008; 350 processos em 2009; 443 processos em 2010; e 437 processos em 2011.

O Tribunal de Tabuaço pertence ao Estado, o edifício é novo e oferece ótimas condições, tendo sido inaugurado em 21 de Novembro de 1992, pelo então Primeiro Ministro, Prof. Cavaco Silva!

Tabuaço não dispõe de Julgado de Paz, de Loja do Cidadão ou de qualquer outro serviço público de apoio ao cidadão, no domínio da Justiça.

Não há qualquer carreira pública de transporte entre Tabuaço e S. João da Pesqueira.

A distância entre Tabuaço (sede) e S. João da Pesqueira (sede) é de 35Km.

As estradas que ligam os dois municípios são péssimas, dadas as suas características de vias altamente sinuosas e de elevado risco de perigosidade. Os precipícios, ravinas e vales tornam-nas de circulação escassa em dias de gelo, nevoeiro, chuvas e derrocadas, infelizmente frequentes em sucessivos dias de inverno.

De registar (e reflectir) que nos 35 Km existem 245 curvas de reduzidíssima visibilidade e perigosidade muito elevada. Quem não acreditar, basta fazer a viagem e proceder à conta. Por isso, não é possível, cumpridos os normativos do Código da Estrada, fazer o percurso em menos de 60 minutos.

A intenção de encerrar o Tribunal de Tabuaço, a concretizar-se, será uma medida de elevados custos sociais para a população do concelho e profundamente injusta, pois representará o golpe fatal para a sua sobrevivência digna que ao Estado compete defender e salvaguardar.

O PSD de Tabuaço fará chegar o teor deste comunicado a todas as entidades competentes, por se tratar *da* defesa da mais elementar JUSTIÇA, a bem do concelho e da coesão social do todo nacional, que se chama PORTUGAL.

Tabuaço, 3 de Fevereiro de 2012

A Comissão Política Concelhia do PSD